



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

DIRLEG	FL.
<i>[Signature]</i>	<i>[Number]</i>

PROJETO DE LEI Nº 1842 /2016

***Proíbe o funcionamento dos equipamentos de som automotivos, popularmente conhecidos como paredões do som, nas vias, praças e demais logradouros públicos no âmbito do Município.***

**A Câmara Municipal de Belo Horizonte decreta:**

**Art. 1º.** Fica expressamente vedado o funcionamento dos equipamentos de som automotivos, popularmente conhecidos como paredões do som e equipamentos sonoros assemelhados, nas vias, praças e demais logradouros públicos do município.

**§ 1º.** A proibição de que trata este artigo aplicar-se-á aos veículos que estejam parados e/ou estacionados em vias e praças públicas.

**§ 2º.** Fica permitido o trânsito de veículos com equipamento sonoro, desde que o volume emitido não ultrapasse os limites estabelecidos na Lei nº 9.505/08.

**Art. 2º.** Para os efeitos da presente lei consideram-se paredões de som todo e qualquer equipamento de som automotivo rebocado, instalado ou acoplado nos porta-malas ou sobre a carroceria dos veículos.

**Art. 3º.** A condução dos equipamentos aos quais se refere esta lei, por meio de reboque, acomodação no porta-malas ou sobre a carroceria dos veículos deverá ser feita, obrigatoriamente, com proteção de capa acústica, cobrindo integralmente os cones dos alto-falantes, sob pena de aplicação das sanções previstas no art. 5º desta lei.

**Art. 4º.** Fica o infrator, o proprietário do veículo ou ambos, solidariamente, conforme o caso, sujeito ao pagamento de multa em caso de descumprimento do estabelecido nesta lei.

Câmara Municipal de Belo Horizonte - 16/11/2016 - 00055-001



PL 1842/16

DIRLEG	FL.
<i>RQ</i>	2

## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

**§ 1º.** A pena de multa será aplicada mediante procedimento administrativo a ser estabelecido em regulamento, observados o contraditório e a ampla defesa.

**§ 2º.** O valor da multa será de R\$500,00 (quinhentos reais) dobrados a cada reincidência, respeitado o limite de R\$3.000,00 (três mil reais).

**Art. 5º.** Observadas outras legislações, que dispõe sobre medidas de combate à poluição sonora, não se incluem nas exigências desta lei a utilização de aparelhagem sonora:

**I** - instalada no habitáculo do veículo, com a finalidade de emissão sonora exclusivamente para o seu interior;

**II** - em eventos do Calendário Oficial ou expressamente autorizados pelo Município, desde que façam parte de sua programação;

**III** - em manifestações religiosas, sindicais ou políticas, observada a legislação pertinente;

**IV** - utilizada exclusivamente na publicidade sonora, atendida a legislação específica.

**Art. 6º.** Fica o Município através do órgão competente e com observância à legislação pertinente, autorizado a licenciar espaços para a realização de campeonatos de som automotivo, bem como autorizar eventos assemelhados.

**§ 1º.** O licenciamento e a autorização aos quais se refere o *caput* deste artigo só poderão ser concedidos aos locais em que esteja assegurado o devido isolamento acústico ou condições ambientais que assegurem a inexistência de qualquer perturbação ao sossego público.

**§ 2º.** Qualquer cidadão que venha a sofrer incômodo decorrente de eventos entre os tipificados no *caput* deste artigo poderá formalizar reclamação ao órgão competente que, verificada a procedência da queixa, promoverá a suspensão imediata do mesmo.

**§ 3º.** A reclamação prevista no § 2º deste artigo ensejará a abertura de processo administrativo para apuração da queixa, sujeitando o infrator às penalidades previstas no art. 5º desta lei.

**Art. 7º.** Fica a Secretaria de Meio ambiente ou o órgão que venha a substituí-la em sua competência legal, autorizada a proceder à fiscalização e a realizar todos os atos necessários à implementação do objeto desta lei.

**Art. 8º.** O Executivo regulamentará esta lei no prazo de 90 (noventa) dias contado da data de sua publicação.



